



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

**TERMO DE REFERÊNCIA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP**

FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE INSUMOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE PISCICULTURA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, NOS MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, LOCALIZADOS NO ESTADO DA BAHIA.

Agosto/2021



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	6
3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	7
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE	8
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	8
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	9
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	10
8. PROPOSTA FINANCEIRA.....	10
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	12
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	13
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	13
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	13
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	13
15. FISCALIZAÇÃO.....	14
16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	15
17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	15
18. GARANTIA DOS MATERIAIS	16
19. CONDIÇÕES GERAIS	16
20. ANEXOS.....	16



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento, transporte, carga e descarga de rações para peixes (**BENS COMUNS**) destinadas ao suporte das ações de APL – Arranjos Produtivos Locais, em municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, localizados no Estado da Bahia. O valor máximo estimado é de **R\$ 1.468.150,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta reais)**. Os itens estão descritos conforme quadro abaixo:

Planilha de Especificações Técnicas, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL						
Item	CATMAT	Descrição/ Especificações Técnicas	Qtd.	Valor Unitário por kg	Valor Total	Margem de Preferência ME-EPP (%)
1	150718	(EXCLUSIVO ME e EPP) Ração para peixes com 35 a 36% Proteína Bruta CULTIVO SUPERINTENSIVO TANQUE REDE - TAMANHO 2 a 4 mm APRESENTAÇÃO: PELET EXTRUSADA; TAMANHO (MM); 2,4 a 2,6; PROTEÍNA BRUTA (%): 35 A 36; FIBRA BRUTA MAX(%) 6 A 8; MATERIA MINERAL(%): 10 A 14; EXTRA-TO ETEREO MIN (%) 3 A 4; CALCIO MAX : 1 A 3; FOSFORO MIN (%): 04 A 0,8; UMI-DADE (%): 13; VITAMINA A (UI): 9000; VITAMINA D3 (UI): 2400; VITAMINA E (MG): 100; VITAMINA K3 (MG): 13; TIA-MINA B1 (MG): 20; PIRIDOXINA B6 (MG): 20; RIBOFLAVINA B2 (MG): 20; VITAMINA B12 (MG) :25; ACIDO PANTETONICO (MG): 50; NIACINA (MG): 100; COLINA (MG): 1000; BIOTINA (MG): 0,2; INOSITOL (MG): 40; ACIDO FOLICO (MG): 5; VITAMINA C FOSF. (MG): 300;MANGANES (MG): 25; ZINCO (MG): 95; FERRO (MG): 70; COBRE (MG): 9; COBALTO (MG): 0,2; IODO (MG): 0,6; SELENIO (MG): 0,12.	13.500	R\$ 5,81	R\$ 78.435,00	100
2	150718	(EXCLUSIVO ME e EPP) Ração para peixes com 35 a 36% Proteína Bruta CULTIVO SUPERINTENSIVO TANQUE REDE - TAMANHO 2 a 4 mm APRESENTAÇÃO: PELET EXTRUSADA; TAMANHO (MM); 2,4 a 2,6; PROTEÍNA BRUTA (%): 35 A 36; FIBRA BRUTA MAX(%) 6 A 8;	1.500	R\$ 5,81	R\$ 8.715,00	100



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

		MATERIA MINERAL(%): 10 A 14; EXTRA-TO ETEREO MIN (%) 3 A 4; CALCIO MAX : 1 A 3; FOSFORO MIN (%): 04 A 0,8; UMI-DADE (%): 13; VITAMINA A (UI): 9000; VITAMINA D3 (UI): 2400; VITAMINA E (MG): 100; VITAMINA K3 (MG): 13; TIA-MINA B1 (MG): 20; PIRIDOXINA B6 (MG): 20; RIBOFLAVINA B2 (MG): 20; VITAMINA B12 (MG): 25; ACIDO PANTETONICO (MG): 50; NIACINA (MG): 100; COLINA (MG): 1000; BIOTINA (MG): 0,2; INOSITOL (MG): 40; ACIDO FOLICO (MG): 5; VITAMINA C FOSF. (MG): 300; MANGANES (MG): 25; ZINCO (MG): 95; FERRO (MG): 70; COBRE (MG): 9; COBALTO (MG): 0,2; IODO (MG): 0,6; SELENIO (MG): 0,12.				
3	150718	Ração para peixes com 32% Proteína Bruta CULTIVO SUPERINTENSIVO TANQUE REDE - TAMANHO 4 a 6 mm APRESENTAÇÃO: PELET EXTRUSADA: TAMANHO (MM); 4 A 6; PROTEINA BRUTA (%): 32; FIBRA BRUTA MAX(%) 5 A 7; MATERIA MINERAL(%): 10 A 14; EXTRATO ETERIO MIN (%): 4 A 6; CALCIO MAX: 2 A 3,5; FOSFORO MIN (%): 0,5 A 1; UMIDADE (%): 12 A 13; VITAMINA A (UI): 4.000 A 9.000; VITAMINA D3 (UI): 2400 A 2.500; VITAMINA E (MG): 100 ;VITAMINA K3 (MG): 13; TIAMINA B1 (MG): 15 A 20; PIRIDOXINA B6 (MG): 15 A 20; RIBOFLAVINA B2 (MG): 20; VITAMINA B12 (MG): 20 A 25; ACIDO PANTETONICO (MG): 40 A 50; NIACINA (MG): 80 A 100; COLINA (MG): 1000; BIOTINA (MG): 0,5; INOSITOL (MG): 80 A 100; ACIDO FOLICO (MG): 3 A 5; VITAMINA C FOSF. (MG): 250 A 300; MANGANES (MG): 20 A 25; ZINCO (MG): 100; FERRO (MG): 70 A 80; COBRE (MG): 6 A 9; COBALTO (MG): 0,2; IODO (MG): 0,6; SELENIO (MG): 0,12 A 0,3.	90.000	R\$ 5,06	R\$ 455.400,00	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

4	150718	(EXCLUSIVO ME e EPP) Ração para peixes com 32% Proteína Bruta CULTIVO SUPERINTENSIVO TANQUE REDE - TAMANHO 4 a 6 mm APRESENTAÇÃO: PELET EXTRUSADA: TAMANHO (MM); 4 A 6; PROTEÍNA BRUTA (%): 32; FIBRA BRUTA MAX(%) 5 A 7; MATERIA MINERAL(%): 10 A 14; EXTRATO ETERIO MIN (%): 4 A 6; CALCIO MAX: 2 A 3,5; FOSFORO MIN (%): 0,5 A 1; UMIDADE (%): 12 A 13; VITAMINA A (UI): 4.000 A 9.000; VITAMINA D3 (UI): 2400 A 2.500; VITAMINA E (MG): 100 ;VITAMINA K3 (MG): 13; TIAMINA B1 (MG): 15 A 20; PIRIDOXINA B6 (MG): 15 A 20; RIBOFLAVINA B2 (MG): 20; VITAMINA B12 (MG): 20 A 25; ACIDO PANTETONICO (MG):40 A 50; NIACINA (MG): 80 A 100; COLINA (MG): 1000; BIOTINA (MG): 0,5; INOSITOL (MG): 80 A 100; ACIDO FOLICO (MG): 3 A 5; VITAMINA C FOSF. (MG): 250 A 300; MANGANES (MG): 20 A 25; ZINCO (MG): 100; FERRO (MG): 70 A 80; COBRE (MG): 6 A 9; COBALTO (MG): 0,2; IODO (MG); 0,6; SELENIO (MG): 0,12 A 0,3.	10.000	R\$ 5,06	R\$ 50.600,00	100
5	150718	Ração para peixes com 32% Proteína Bruta CULTIVO SUPERINTENSIVO TANQUE REDE - TAMANHO 6 a 8 mm APRESENTAÇÃO: PELET EXTRUSADA: TAMANHO (MM); 6 A 8; PROTEÍNA BRUTA (%): 32; FIBRA BRUTA MAX(%) 5 A 7; MATERIA MINERAL(%): 10 A 14; EXTRATO ETERIO MIN (%): 4 A 6; CALCIO MAX: 2 A 3,5; FOSFORO MIN (%): 0,5 A 1; UMIDADE (%): 12 A 13; VITAMINA A (UI): 4.000 A 9.000; VITAMINA D3 (UI): 2400 A 2.500; VITAMINA E (MG): 100; VITAMINA K3 (MG): 13; TIAMINA B1 (MG): 15 A 20; PIRIDOXINA B6 (MG): 15 A 20; RIBOFLAVINA B2 (MG): 20; VITAMINA B12 (MG): 20 A 25; ACIDO PANTOTÊNICO (MG):40 A 50; NIACINA (MG): 80 A 100; COLINA (MG): 1000; BIOTINA (MG): 0,5; INOSITOL (MG): 80 A 100; ACIDO FOLICO (MG): 3 A 5; VITAMINA C FOSF. (MG): 250 A 300; MANGANES (MG): 20 A 25; ZINCO (MG): 100; FERRO (MG): 70 A 80; COBRE (MG): 6 A 9; COBALTO (MG): 0,2; IODO (MG); 0,6; SELENIO (MG): 0,12 A 0,3.	157.500	R\$ 5,00	R\$ 787.500,00	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

6	150718	(COTA DESTINADA ME e EPP - 11%) Ração para peixes com 32% Proteína Bruta CULTIVO SUPERINTENSIVO TANQUE REDE - TAMANHO 6 a 8 mm APRESENTAÇÃO: PELET EXTRUSADA: TAMANHO (MM): 6 A 8; PROTEÍNA BRUTA (%): 32; FIBRA BRUTA MAX(%): 5 A 7; MATERIA MINERAL(%): 10 A 14; EXTRATO ETERIO MIN (%): 4 A 6; CALCIO MAX: 2 A 3,5; FOSFORO MIN (%): 0,5 A 1; UMIDADE (%): 12 A 13; VITAMINA A (UI): 4.000 A 9.000; VITAMINA D3 (UI): 2400 A 2.500; VITAMINA E (MG): 100; VITAMINA K3 (MG): 13; TIAMINA B1 (MG): 15 A 20; PIRIDOXINA B6 (MG): 15 A 20; RIBOFLAVINA B2 (MG): 20; VITAMINA B12 (MG): 20 A 25; ACIDO PANTOTÊNICO (MG): 40 A 50; NIACINA (MG): 80 A 100; COLINA (MG): 1000; BIOTINA (MG): 0,5; INOSITOL (MG): 80 A 100; ACIDO FOLICO (MG): 3 A 5; VITAMINA C FOSF. (MG): 250 A 300; MANGANES (MG): 20 A 25; ZINCO (MG): 100; FERRO (MG): 70 A 80; COBRE (MG): 6 A 9; COBALTO (MG): 0,2; IODO (MG): 0,6; SELENIO (MG): 0,12 A 0,3.	17.500	R\$ 5,00	R\$ 87.500,00	11
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 290 TONELADAS DE RAÇÃO					R\$ 1.468.150,00	

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os bens acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro, Bahia, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos sem fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais sem fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

- 3.1 Forma de realização: forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores (www.comprasgovernamentais.gov.br). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 3.2 Modo de disputa: ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,2 %), do valor dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - Art. 14, Inciso III do Decreto 10.024/2019.
- 3.3 Regime de execução: Preço Unitário.
- 3.4 Critério de julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art. 7 do Decreto nº 10.024/2019.
- 3.5 Valor estimado: Público.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

- 4.1. Os insumos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no seguinte endereço: Avenida Comissão do Vale, s/nº, Bairro Piranga, Município de Juazeiro, Estado da Bahia.
- 4.2. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as possibilidades de avarias durante o transporte deverão ser previstas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, transporte, carga e descarga de rações para peixes, conforme descritos no item 1 deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.
- 5.3. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos insumos a serem entregues.
- 5.4. A descarga das rações no local indicado é de responsabilidade da licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.
- 5.5. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste Termo de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.6. Todo o transporte deve ser acompanhado pelo fornecedor que deverá manter no local indicado para a entrega, um preposto para acompanhar, junto com a fiscalização da Codevasf, a descarga dos itens a serem fornecidos, objeto deste Termo de Referência, bem como realizar junto com a fiscalização a conferência, recebimento das rações e verificação de possíveis avarias, principalmente, nas embalagens.
- 5.7. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.8. Os custos de pessoal para carga e descarga (transporte aéreo, hospedagem, diárias e deslocamentos), serão por conta do fornecedor.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

5.9. No ato do desembarque de cada lote de ração fornecida, a licitante vencedora deverá convocar a CODEVASF para inspeção e testes, a qual deverá verificar a qualidade dos itens em questão e aceitar ou não o fornecimento dos mesmos.

5.10. O custo com a equipe de inspeção da Codevasf não deverá fazer parte da composição dos custos dos fornecimentos, sendo essa despesa de exclusiva competência da contratante.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.1.2. Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira e empresa estrangeira em funcionamento no País representante de empresa estrangeira.

6.1.3. As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, discriminados no Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

6.2. CONSÓRCIO E SOCIEDADES COOPERATIVAS

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio. A logística necessária para o fornecimento das rações a serem adquiridas, cumprindo o objeto, já foram divididas em itens específicos para melhorar e ampliar a competitividade, o que não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a não formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de insumos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014), sendo Exclusiva para os itens: 01, 02 e 04, os quais elas concorrerão de forma exclusiva e, na cota destinada à ME e EPP foi adotado o percentual de 11% (onze por cento – devidamente justificado no Anexo I) para o item 06.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita ao local do(s) fornecimento(s) **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização da descarga dos fornecimentos.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão fornecidos os insumos correrão por exclusiva conta da licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão descarregadas as rações, objeto desse termo de referência, ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, em Juazeiro, no Estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6234 / 3614 6278 / 3614 6267.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os insumos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras;
- d) Declaração, da própria licitante, que fornecedor deverá executar todas as tarefas necessárias à instrução da CODEVASF;
- e) Serão de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - f1) Fornecimento de certificado de prazo de validade das rações fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
- f) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo (se couber), mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega das rações, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar os preços dos materiais ofertados em Reais, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

- 8.1.3. Para os bens originários do exterior, a licitante deverá informar/apresentar em sua proposta:
- (i) O preço dos bens cotados FOB – preço fábrica, em divisas, colocado no porto de embarque;
 - (ii) O preço dos bens cotados CIF- preço local de entrega, em divisas, colocados no porto de entrada no Brasil;
 - (iii) As despesas portuárias no porto de entrada, em reais, referentes a:
 - Capatazia;
 - Desembarço alfandegário e taxa de armazenamento portuário, relativa ao primeiro período mínimo de 30 (trinta) dias. Deverão ser adotados preços praticados no porto de Salvador-BA ou porto de Recife-PE.
 - (iv) As tarifas para transporte interno, descarga, seguro e outros custos inerentes ao transporte das rações do porto de entrada até o local de instalação, em real;
 - (v) Indicar os tributos incidentes.
 - (vi) O pagamento será efetuado à empresa estrangeira, em real.

8.2. Julgamento das Propostas Financeiras com produtos oriundos do mercado interno e externo

8.2.1. Para efeito de comparação dos preços dos produtos oriundos do mercado interno e externo, levar-se-á em consideração, com relação a este último, que estarão cotados em reais, a inclusão dos valores referentes a frete e seguro internacionais.

8.2.2. Definidas as PROPOSTAS FINANCEIRAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, elaborará a classificação provisória das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço das rações.

8.2.3. Caso pelo menos uma licitante se enquadre na modalidade empresa brasileira oferecendo produtos no mercado interno, o preço apresentado pelas licitantes que ofertarem produtos oriundos do mercado externo deverá ser equiparado de acordo com o seguinte procedimento:

8.2.4. Apura-se os maiores percentuais dos tributos incidentes dentre as propostas das empresas brasileiras oferecendo produtos no mercado interno;

8.2.5. Das propostas referentes a produtos do mercado externo o preço será acrescido dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente as licitantes brasileiras quanto à operação final de venda.

8.2.6. Assim teremos:

A - Valor total da proposta (CIF) em moeda estrangeira

B - Taxa de cambio

C - Valor da proposta em moeda nacional $A * B$

D - Maiores percentuais dos tributos incidentes dentre as propostas das empresas brasileiras oferecendo produtos no mercado interno



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

E - Valor da proposta acrescida dos tributos C * D = Empresa brasileira (oferecendo bens produzidos no Brasil);

8.2.7. Caso nenhuma das licitantes se enquadre na condição de Empresa Brasileira e Empresa Estrangeira em funcionamento no País oferecendo produtos do mercado interno, para efeito de julgamento será considerado tão somente o preço FOB quando se tratar de produtos procedentes do mesmo País.

8.2.8. Tratando-se de produtos de procedências diversas, para efeito de julgamento serão incluídos ao preço FOB os valores referentes ao frete e seguro internacionais, ou seja, o valor CIF.

Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade, o desempenho (performance) ou o valor nutricional das rações, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem rações dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

9.1.3. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços de fornecimento de equipamentos, observando o quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do contingente total de cada item descrito na *Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência*, deste Termo de Referência, observando:

a1) É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todos em seu nome na parte do fornecimento que a cabe;

b) A licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características das rações objeto deste Termo de Referência, e compreenderá no mínimo o seguinte:

b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho das rações, inclusive lista básica dos componentes;

b2) Desenhos preliminares dos sacos (25kg) e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;

b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais as rações que constituem o objeto da proposta;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

9.1.3.1. Caso a licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, a mesma deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, **R\$ 1.468.150,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta reais)**, a preços de Agosto/2021, conforme indicado na Planilha de Quantidades, Especificações Técnicas e Preços, os quais foram baseados nas medianas obtidas no **Painel de Preços**, atendendo aos parâmetros do Inciso I do Art. 5º e do Art. 6º da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, constantes dos Anexos II e III deste Termo de Referência.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo para execução dos fornecimentos será de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de emissão da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s).

11.2. A ata terá validade de 4,0 (quatro) meses a partir da data de sua assinatura.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irredutíveis. Exceto em casos previsto no Art. 81 - § 5º **A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, da Lei 13.303/2016.**

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 90 dias para verificar a adequação dos fornecimentos recebidos com as condições contratadas, vistoriar as rações disponibilizadas e emitir parecer conclusivo.

14.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua as rações rejeitadas.

14.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica; e
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF).

14.6. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

14.7. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

14.8. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

14.9. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do Art.º 40, da Lei 13.303/2016 e no Art. 127, XI, do RILC – Regimento Interno de Licitações e Contratos, da Codevasf, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

15.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas aos objetos deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos insumos fornecidos e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas, responsável pela execução do contrato.

15.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste Termo de Referência.

15.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução destes.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Fornecer os insumos descritos nesse Termo de Referência, na quantidade, qualidade e condições indicadas, a partir da(s) ordem(ns) de fornecimento(s) emitida(s) pela contratante.

16.2. A licitante fica obrigada a garantir a qualidade da razão fornecida.

16.3. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

17.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas

17.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

17.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

17.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

17.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

17.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.

17.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

18. GARANTIA DOS MATERIAIS

18.1. A garantia consta nas Justificativas – Anexo I, parte integrante deste Termo de Referência.

19. CONDIÇÕES GERAIS

19.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20. ANEXOS

20.1. São ainda documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Planilha de Quantidades, Especificações Técnicas e Preços
- Anexo III – Medianas do Painei de Preços
- Anexo IV – Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf
- Anexo V – Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf
- Anexo VI – Carta de Apresentação de Proposta
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato